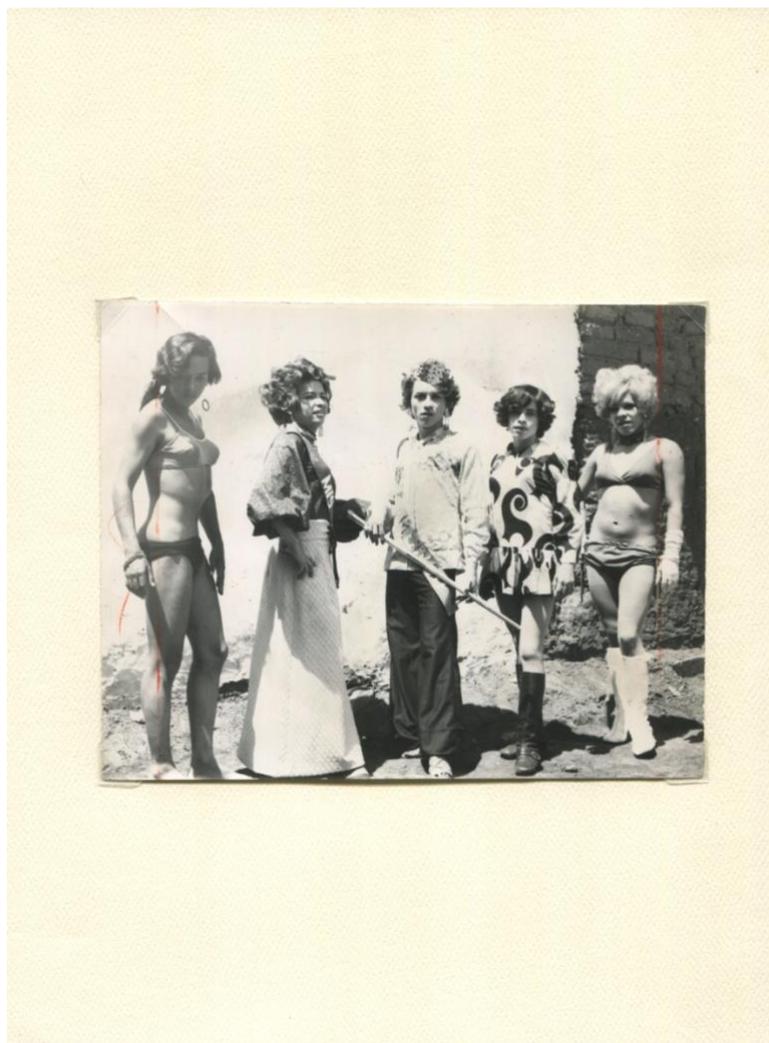


DOSSIER

*HISTORIA(S) DE (LA) EDUCACIÓN SEXUAL: INSTITUCIONES,
ACTIVISMOS, SABERES Y PRÁCTICAS*



*Fotografía sin identificar. Reinado Gay de Bucaramanga. Gelatinobromuro sobre papel. 1971
Gentileza Archivo Arkhé*

**O BACHILLERATO POPULAR
MOCHA EN DIÁLOGO COM UMA EDUCAÇÃO
SEXUAL INTEGRAL
MOCHA CELIS SECONDARY
SCHOOL AND THE POSSIBILITY OF COMPREHENSIVE SEXUAL
EDUCATION**

Luana Pagano Peres Molina

Universidade Federal de Sao Carlos

*Investigadora en proyectos de investigación sobre educación y diversidad en la Universidad
Federal de Sao Carlos*

Contacto: lppmolina@hotmail.com

RESUMO**PALAVRAS-CHAVE***Educação sexual**Educação popular**Travestis**Transexuais**Currículo*

O Bachillerato Popular Trans Mocha Celis foi fundado em 2011, com início das aulas em 2012, na cidade de Buenos Aires/Argentina. Com apoio dos movimentos sociais relacionados à população LGBTQTTIA+¹, juntamente com os avanços legislativos do país, como, por exemplo, o Programa Nacional de Educação Sexual Integral e a Lei de Identidade de Género, o Mocha Celis tornou-se um espaço educacional que proporciona às travestis e as/os transexuais a inclusão social por meio do retorno aos estudos secundários, como forma de enfrentamento às vulnerabilidades que impactam na realidade educacional e social dessa população. A metodologia qualitativa é de caráter etnográfico, com relatos e observações em sala-de-aula. Dessa forma, apresentam-se como resultados alguns dos projetos pedagógicos pensados a partir da concepção de Educação Sexual às/aos estudantes com ênfase nas medidas humanitárias e proativas no endossamento das práticas aos Direitos Humanos e diversidade sexual na Argentina.

Introdução

Que exista un bachillerato trans es también una forma de denunciar la falta de aceptación y la exclusión que sufren las personas trans y homosexuales también en el sistema educativo. (María del Carmen Pérez Sobrado, 2015)¹

O *Bachillerato Popular Trans Mocha Celis* foi criado em 2011 por Francisco Quiñones e Agustín Fuchs, e iniciou seu funcionamento/ano letivo em 2012, com 15 estudantes, na cidade de Buenos Aires/Argentina. Esta iniciativa educacional se concretizou a partir do período de ascensão dos direitos conquistados pela comunidade LGBTQTTIA+ no início do século XXI nos governos dos Kirchner.²

Os movimentos sociais argentinos passaram a se organizar fortemente e se reestruturaram, em meados dos anos 1980, após a última ditadura militar (1976–1983) no país, por meio de um discurso voltado aos direitos humanos e de reconhecimento às necessidades das minorias sociais. O movimento feminista uniu-se aos movimentos de direitos humanos e de diversidade sexual para alcançarem possíveis avanços sociais que garantissem o exercício da cidadania e da liberdade (BARRANCOS, 2004).

A mobilização política concentrou-se especialmente na cidade de Buenos Aires, mas, aos poucos, foi atingindo outras regiões do país. Nesse contexto de mudanças sociais e políticas, vale ressaltar que foi também na década de 1980 que ocorreu o *boom* da epidemia da HIV/AIDS, o que levou a novas discussões a respeito das diferentes orientações sexuais, pautando-se na necessidade de informar e discutir sobre as formas de prevenções nas práticas sexuais. Diante de tal contexto, houve, por parte do governo, a necessidade de reconhecer as diversas relações afetivo-sexuais, com ênfase na criação de campanhas de conscientização para o uso de preservativos como a camisinha, por exemplo.

Dessa maneira, iniciou-se uma série de estudos para as políticas públicas que possibilitaram mapear e tornar visíveis as situações de vulnerabilidade, injustiça e

¹ Trecho da estudante do *Bachillerato Popular Mocha Celis* e participante da pesquisa no ano de 2015.

² Estamos nos referindo ao governo de Nestor Kirchner (2003–2007) e, posteriormente, ao de Cristina Kirchner (2007–2015).

desigualdade da população LGBTQTTI+ daquele período. Ainda na década de 1980 surgiu a *Comunidad Homosexual Argentina* (CHA), um das organizações sociais cujo foco foi reivindicar ações na área do direito à livre vivência sexual, assimilando conjuntamente os discursos dos direitos humanos e de ações participativas, como: grandes passeatas, manifestos e mobilizações públicas em defesa da democracia e reivindicações aos direitos das/os homossexuais (PECHENY; FIGARI; JONES, 2008).

Essas chamadas “Políticas de Visibilidades” ocorreram no decorrer das décadas de 1980 e 1990, quando organizações sociais começaram a denunciar a falta de representações positivas e de impactos sobre as condições das existências de gays, lésbicas, travestis e transexuais. Percebeu-se, então, que era necessária a criação de uma série de estratégias que se articulassem e que acarretassem ganhos sociais.

A tarefa de promover uma valorização positiva da diversidade sexual e dos avanços de uma legislação igualitária foi pautada cada vez mais ao longo dos anos e, diante de todo esse contexto, dos direitos humanos à visibilidade, possibilitou-se o fortalecimento do coletivo para a população trans, objetivando a coleta de denúncias de travestis e transexuais vítimas de violências. Ressalte-se que pessoas trans já vinham para a capital do país em fuga de áreas muito conservadoras e interioranas com forte influência da Igreja Católica (BERKINS y FERNÁNDEZ, 2005).

A organização das travestis e transexuais começou a manifestar-se e suas principais denúncias e argumentações voltaram-se para a visibilidade das suas condições, a dificuldade ao acesso à saúde e pelo fim dos *Edictos Policiales*. Para Barrancos (2014:24) podemos esclarecer os *Edictos* como [...] *normas inconstitucionales, elaboradas por los propios cuerpos de policía [...] daban capacidad a las fuerzas policiales para actuar en materiales tales como la prostitución y [...] contra la franca perturbación de las buenas costumbres.*

Ao longo da década de 1990, as travestis e as/os transexuais trouxeram ao espaço social e ao cenário público reivindicações pelo direito às suas identidades e denúncias a respeito da exclusão, da falta de reconhecimento social, da repressão social e a falta do convívio familiar. No livro de Lohana Berkins e Josefina Fernández “*La Gesta del nombre propio*”, de 2005, as autoras desenvolveram uma pesquisa sobre a comunidade travesti na Argentina e, em seus resultados, explanaram a dificuldade de ascender a condição de cidadania, apontando para os problemas nos campos da saúde, da educação, da violência policial, sexual e familiar. O livro tornou-se um marco para o movimento trans argentino, influenciando, inclusive, os fundadores da escola Mocha Celis.

La intolerancia y la agresividad contra las travestis, la humillación y la marginación son la respuesta relucante al revisar la construcción de todas las sexualidades; entonces aparecen el temor a la interpelación de aquello que se cree un destino biológico, la prepotencia del dogma impuesto por la ciencia, el derecho y la religión que trasladan su poder a la política. Las travestis, desde la primera e íntima convicción de su identidad, comienzan la carrera de obstáculos para la conservación de sus derechos. (BERKINS, FERNÁNDEZ, 2005:10)

Apoiados em novos discursos, como a teoria *queer*, e com a força política crescente dos movimentos sociais, a partir do início do século XXI a Argentina conquistou grandes direitos para a população LGBTQTTI+, tornando-se referência internacional pela legalidade e pelo reconhecimento da diversidade sexual, como: a Lei da União Civil (2003), a Lei da Educação Sexual Integral (2006), o Casamento Igualitário (2010) e a Lei de Identidade de Gênero (2012).

O avanço legislativo é notável, mas, e os questionamentos referentes à (re)inserção educacional da comunidade travesti e transexual? A transfobia no ambiente escolar foi, e ainda é, um dos principais motivos que levaram as pessoas trans a deixarem a escola, o que gerou e gera dificuldades ao acesso profissional e reforçam a situação de marginalização. Como, então, se adaptar a um espaço que sempre se mostrou heteronormativo e excludente?

É nesse contexto que o *Bachillerato Popular Trans Mocha Celis* foi fundado. Um centro educativo no bairro Chacaritas, em Buenos Aires, e o primeiro no mundo a ser fundado na perspectiva dos estudos de gênero e sexualidade. Além de produzir mudanças significativas na forma que a comunidade *trans* está se inserindo na sociedade, observamos possibilidades de acesso tanto à educação quanto ao mercado de trabalho.

Materiais e Métodos

O recorte metodológico utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa foi a etnografia, que tem como característica analisar e objetivar o comportamento social do sujeito inserido em seu cenário cotidiano, a partir da obtenção de dados qualitativos por meio de uma série de observações.

O teórico Lapassade (2001, p.72) pontua que a observação participante inicia-se com a chegada do/da pesquisador/a ao campo da investigação e as negociações que lhe permitirão ter acesso ao espaço investigativo para o desdobramento da pesquisa até,

por fim, o término do estudo. A esse respeito, nesta pesquisa, a observação foi aplicada desde o primeiro contato por e-mail, e continuou com a minha chegada à cidade de Buenos Aires e com os contatos iniciais, incluindo, posteriormente, o início da participação no Mocha Celis, o reconhecimento do espaço nas primeiras visitas e de todo o processo que, aos poucos, me possibilitou construir uma rede de relações naquele ambiente.

Esses aspectos apresentados possibilitam uma análise detalhada e aprofundada na compreensão do significado de práticas e ações sociais. Ainda nessa perspectiva metodológica, para Pereira e Lima (2010), a etnografia torna-se um plano aberto e flexível conforme o cotidiano é observado e descrito. Caracteriza-se pela observação densa, criteriosa e detalhada sobre o entorno sociocultural no qual os/as participantes da pesquisa estão inseridos/as e destaca-se por formar dois pilares metodológicos: a interação prolongada entre o/a pesquisador/a e o/a participante da pesquisa e a interação forjada no cotidiano do universo do/da participante.

O desenvolvimento da experiência no Mocha Celis, enquanto observadora, iniciou-se em abril de 2015 e foi até maio de 2016. A coleta de dados desdobrou-se através das observações no ambiente escolar, com alguns encontros na disciplina *Género y Educación* e apoiadas na confecção de um diário de campo.

Os *Bachilleratos* Populares: Resignificando o espaço e a vivência escolar

Para melhor compreensão do funcionamento deste sistema educacional, busco apresentar uma breve conceituação do que são os *Bachilleratos*. Areal e Terzibachian (2012, p. 529) definem os *Bachilleratos* como escolas autogestionadas e populares. De forma que fazem parte de uma educação formal, mas que ainda reivindicam sua autonomia frente ao Estado e obrigam que este reconheça as diferentes realidades sociais em que essas escolas estão inseridas. Portanto, acredita-se que o principal objetivo desses locais de ensino seja a educação popular e o empoderamento das classes populares.

Os *Bachilleratos* Populares ressurgem das forças das assembleias de bairros, por parte dos movimentos sociais e das estratégias para abrirem espaços que resolvam os problemas educativos apresentados. Pensa-se em uma educação inclusiva, participativa e que se ajuste às necessidades do grupo que se apresenta, perdendo principalmente as características das estruturas rígidas e hierárquicas das escolas tradicionais.

Este novo espaço de ensino são experiências educacionais secundárias (equivalente ao ensino médio no Brasil) de jovens e adultos, dentro de modelos escolares alternativos que pretendem contrastar com a hegemonia capitalista em sua versão neoliberal. Nora Gluz afirma:

Estas experiencias se proponen incidir en la reconstrucción del espacio público después de años de desmantelamiento de las prestaciones sociales del Estado. Expresan además los debates más amplios en torno a la definición de la escuela pública, su matriz liberal y la exclusión sufrida por los sectores populares. (GLUZ, 2010:56)

A ideia então é de democratizar o acesso ao ensino e possibilitar à escolaridade das classes sociais tradicionalmente excluídas e marginalizadas, como, no caso do nosso estudo, as travestis e as/os transexuais.

Uma das principais características dos *Bachilleratos* é ser uma organização institucional horizontal, ou seja, as decisões de seu funcionamento, dos projetos e dos conteúdos são tomadas pelas/os docentes e estudantes, em assembleias, e não de maneira hierárquica e vertical como em escolas tradicionais. Afinal, não se trata de um/uma ter mais conhecimento que o/a outro/a, mas, sim, terem saberes diferentes e tratarem de compartilhar estes saberes para a possibilidade da construção da aprendizagem (GLUZ, 2010).

E o grande mentor dos postulados pedagógicos desta prática foi o brasileiro Paulo Freire que apresentou uma nova pedagogia: a da libertação. A partir das experiências e vivências das/os estudantes seria possível ressignificar as experiências do modelo cultural dominante, tomando-a e explorando-a. A concepção da educação popular freiriana, explica Paez e Putero (2012:87), implica em uma educação que parte dos conhecimentos prévios das/os estudantes, do seu contexto e cotidianidade, a partir de uma reflexão crítica. Para Karen Maciel em “O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular” (2011) o espaço escolar é fundamental para tornar os sujeitos elaboradores de sua própria cultura por meio das experiências das práticas sociais.

Portanto, a compreensão sobre o papel da escola é reconstruído, não sendo mais apenas compreendida com o aparelho reprodutor de um projeto hegemônico da sociedade, mas também como um lugar concreto de uma educação que atenda aos reais interesses das classes populares.

Quanto aos conteúdos trabalhados, estes são divididos por áreas que estão a cargo de parceiras/os pedagógicas/os, que são formados por dois ou mais docentes, no intuito de realizarem os programas, planificações e sistematização para refletirem sobre o que se realizou e o que se pretende realizar. Os projetos educacionais variam de acordo com as necessidades das/os estudantes,

Algunas escuelas funcionan integradas a la vida cotidiana del movimiento y los contenidos se definen colectivamente, incluyendo aquellos que les permiten comprender y participar de la lucha social que emprenden. No sólo cuestionan los saberes escolares tradicionalmente consagrados sino también los modos de enseñar, inspirándose en la educación popular a efectos de brindar una educación integral, bajo la preocupación de formar sujetos capaces de transformar la realidad que los oprime. Sus principios pedagógicos se oponen a las 137 diadas de la escuela tradicional para aglutinar en sus propuestas la articulación entre la escuela y la comunidad, entre el aprendizaje y el trabajo, entre lo manual y lo intelectual. En términos de sociabilidad, se proponen fomentar la solidaridad, el compañerismo, el trabajo colectivo y la responsabilidad. [...] Los instrumentos de gestión incluyen la elaboración de los reglamentos institucionales, la planificación participativa y la evaluación colectiva. (GLUZ, 2010:56)

O objetivo da educação popular, portanto, é de que as/os estudantes se apropriem e deem sentido ao espaço escolar, participem de um processo aberto de construção do ensino-aprendizagem, estabeleçam relações de solidariedade, participação e de ajuda ao outro

Desse contexto político e social na Argentina, juntamente com essa nova prática educacional, que se popularizou pelo país, teremos o surgimento de um *Bachillerato trans*. O objetivo foi o de criar um espaço educativo, público e gratuito voltado às pessoas travestis, transexuais e transgêneros/as da Capital Federal e arredores, de maneira a garantir-lhes o acesso a uma educação livre de discriminação pela orientação sexual e/ou identidade de gênero.

A Educação Sexual Integral - ESI

A articulação entre os movimentos sociais, os estudos de gênero na academia e as políticas educativas ajudaram para o rompimento dos discursos moralizantes e biomédicos universais sobre a sexualidade humana e colaboraram para a aprovação da Educação Sexual Integral nos currículos escolares em todo território argentino.

A Lei nº. 26.150 estabeleceu o direito dos/as estudantes receberem educação sexual nos estabelecimentos de ensino em todas as jurisdições e níveis da educação formal (da educação infantil ao ensino médio) como um direito humano universal. Promulgada no dia 23 de Outubro de 2006, a Lei constituiu-se de 11 artigos relacionando a sexualidade nos aspectos biológicos, sociais, psicológicos, afetivos e éticos, e possui como objetivos: a) Incorporar a educação sexual integral dentro das propostas educativas orientadas na formação harmônica, equilibrada e permanente das pessoas; b) Assegurar a transmissão de conhecimentos pertinentes, precisos, confiáveis e atualizados sobre os diferentes aspectos pertinentes à educação sexual; c) Promover atitudes responsáveis frente à sexualidade; d) Prevenir os problemas relacionados à saúde em geral, saúde sexual e reprodutiva em particular; e) Promover a igualdade de tratamento entre homens e mulheres (Programa Nacional de Educação Sexual Integral, 2006).

La ley, que establece el Programa Nacional de Educación Sexual, dispone que las jurisdicciones nacionales, provincial, de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y municipal deberán garantizar la realización obligatoria, a lo largo del ciclo lectivo, de acciones educativas sistemáticas en los establecimientos escolares, para su cumplimiento (WAINERMAN; DI VIRGILIO; CHAMI, 2008:32)

A educação sexual sempre esteve atrelada a um discurso moralizante e religioso, dirigido a controlar e docilizar nossos corpos e também de prevenção sobre as doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência.

A partir da década de 1970, os estudos de gênero impulsionados pelo movimento feminista trouxeram algumas temáticas para a luz de indagações, como: a exclusão da escolarização das mulheres adultas, sexismo nos materiais didáticos, as diferentes expectativas no rendimento e comportamento escolar de meninos e meninas, o patriarcalismo e os corpos etc. (MORGADE, 2008:46). Recentemente, os aportes teóricos e políticos dos movimentos LGBTTTTI produzidos pela teoria queer trouxeram a questão da identidade, subjetividade e heteronormatividade para serem refletidos e pensados também no impacto destas temáticas e vivências dentro do espaço e cotidiano escolar.

El acceso a educación sexual constituye la puerta de entrada para la articulación de la escuela en situaciones de vulneración de derechos, como violencia, abuso, maltratos contra los niños, que orientan hacia la búsqueda de medidas de protección y reparación

necesarias. La educación sexual también contribuye a la tarea de eliminar todo concepto, prejuicio, estereotipo o práctica basada sobre la idea de superioridad o inferioridad de cualquiera de los sexos. (MORGARDE, 2008:44)

Portanto, relacionar estas novas questões com os projetos políticos pedagógicos é abrir o espaço escolar não somente para prevenção de doenças, mas possibilitar aos estudantes o direito de ter a oportunidade de ver, rever, discutir e rediscutir um tema.

Na Argentina os currículos aprovados em 2008 já estavam de acordo com o Programa Nacional de Educação Sexual Integral – ESI – do Ministério da Educação e passaram a incorporar conteúdos específicos em todas as áreas curriculares objetivando abordar as dimensões da sexualidade na história, língua e literatura, ética e cidadania, educação física, artes e outras disciplinas, de maneira interdisciplinar, por meio de projetos. O Conselho Federal de Educação definiu os princípios que deveriam guiar a Educação Sexual Integral: a perspectiva de gênero, o foco em direitos humanos, o respeito à diversidade, o cuidado com o corpo e a saúde e a valorização da afetividade (Programa Nacional de Educação Sexual Integral, 2006).

A pesquisadora Marcela Bilinkis (2013) destaca que apesar de haver um projeto emancipatório ainda há dificuldades enfrentadas em algumas escolas e províncias para colocar na prática o programa. Pode-se citar a dificuldade em se valer de que todos os estados/províncias garantam que os conteúdos ligados à sexualidade sejam trabalhados dentro dos pilares que sustentam a ESI, principalmente as cidades interioranas e rurais que sofrem uma grande influência religiosa. E outro aspecto da Lei que demanda um esforço especial é o caráter transversal da educação sexual, ou seja, que professoras/es de todas as matérias trabalhem seus conteúdos com a perspectiva de educação sexual em sala de aula.

Para Morgarde (2015:64) as orientações curriculares nacionais para a ESI, que estabelecem conteúdos para todas as áreas do currículo, de certa forma propõem uma superação e um enorme desafio para a desconstrução dos saberes que formaram a base da formação da/do docente. Mesmo com o desafio de universalizar a prática efetiva do Programa, na implantação das temáticas nos espaços educativos, a ESI representa a possibilidade de abrir instâncias de diálogos e instrumentos que permitam construir uma sexualidade e uma educação autônoma frente às mudanças sociais e culturais, a realidade social demanda novas interpelações nas políticas educativas e dispositivos escolares.

A experiência educacional do *Bachillerato Popular Trans Mocha Celis*

O Bachillerato Popular Mocha Celis está localizado no prédio Mutual Sentimiento, no 5º andar, bem ao lado da estação de metrô Federico Lacroze, no bairro de Chacaritas, em Buenos Aires, capital da Argentina. Como já citado anteriormente, o estudo do livro *La Gesta del Nombre Propio* de Josefina Fernandez e Lohana Berkins (2005) inspirou a formação do *Bachillerato* Mocha Celis. O livro apresenta um informe sobre a situação da comunidade das travestis na Argentina, com média de vida em 35 anos, e analisa as principais causas de morte, sendo, em primeiro lugar, a violência policial; logo em seguida, as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e intervenções cirúrgicas como produto da inacessibilidade deste coletivo ao sistema de saúde público. Na educação, o mesmo informe aponta que o nível de evasão da comunidade travesti duplica a proporção da população geral (maiores de 15 anos) que não terminaram seus estudos. Por isso a importância de se pensar em políticas públicas e de reconhecimento para um grupo que vive em extrema vulnerabilidade.

Francisco Quiñones, um dos fundadores da escola, no documento que justifica sua criação, aponta sobre o alto índice de evasão escolar entre a população *trans* devido às ações de preconceitos e despreparo dos profissionais da área da educação, além do bullying e perseguição que muitas/os sofriam no dia a dia escolar, com seus/suas companheiros/as de escola, não só colegas de classe, mas de toda a comunidade. Ou seja, deveria ser levado em consideração todo um histórico de violência educacional que ocasionou o sentimento de falta de pertencimento e acolhimento da educação tradicional.

O nome do espaço educacional Mocha Celis foi escolhido em homenagem à travesti argentina Mocha Celis, que ficou conhecida no Bairro de Flores devido à brutalidade de sua morte, em decorrência de três tiros na cabeça. A travesti homenageada não sabia ler nem escrever, por isso sempre pedia às colegas para lerem seus documentos. Durante os períodos em que esteve presa,³ algumas colegas começaram a alfabetizá-la; porém Mocha Celis faleceu antes de completar seus estudos.

Esta iniciativa educacional é a primeira no mundo fundada a partir da perspectiva de gênero e sexualidade e, portanto, decidiu-se por incorporar essas

³ Nos anos 1990 estavam em plena vigência os *Edictos Policiales*, ou seja, uma normativa dos *Códigos de Faltas e Contravenciones* que trazia sanções às pessoas que exibissem publicamente roupas de outro sexo. Era uma época de detenções e repressão a pessoas travestis e transexuais.

temáticas em todas as disciplinas, de maneira interdisciplinar, como, por exemplo: no inglês se ensina vocabulário LGBT; em matemática, a ler os números de alguma análise clínica de casos pertinentes à problemática da sexualidade; em história, fala-se de minorias, do movimento social LGBTTTIA+ e de sua formação, além de Direitos Humanos.

Uma das disciplinas da grade curricular é Educação e Gênero que tem como base o currículo implantado da Educação Sexual Integral, para as/os estudantes desenvolverem atividades vistas como ferramentas para expressarem suas emoções e seus sentimentos, respeitando a si e ao outro a partir de um entendimento da sexualidade humana e da diversidade sexual, construindo e reconstruindo conceitos, ressignificando ações de cuidado da saúde e do corpo.

De acordo com o projeto pedagógico da disciplina (2015), o enfoque é abranger e debater as noções, os tabus e as ideias que envolvem e cercam as construções de gênero e sexualidade. Nesse processo, os debates perpassam temáticas como: prostituição, identidade de gênero, sexualidade na adolescência, discriminações e preconceitos, abuso sexual, violências simbólicas, papéis sexuais, orientações sexuais, entre outras categorias.

Durante meu período de observação, acompanhei quatro aulas da disciplina Gênero e Educação nos mês de setembro de 2015. As aulas ocorriam de quinta-feira, com a turma do 3º ano, com a proposta de desenvolver um *spot* publicitário dentro da temática da diversidade sexual. A proposta feita pela professora responsável da disciplina tinha por objetivo que as/os estudantes tivessem autonomia para construir uma campanha publicitária que conscientizasse sobre a diversidade sexual humana e, também, ensinasse conceitos como orientação sexual e identidade de gênero para um público que não tivesse conhecimento dessas conceitualizações, mirando o combate às práticas de homofobia e transfobia.

Para isso, a professora exemplificou o que eram *spots* publicitários com “peças” que foram utilizadas durante as campanhas do movimento LGBTTTIA+ de Buenos Aires no período da campanha para o casamento igualitário e Lei de Identidade de Gênero. Dois exemplos das “peças” publicitárias podem ser vistos a seguir:



Fonte 1: Campanha Casamento Igualitário.
Disponível em: <http://www.falgbt.org/matrimonio-igualitario/>
09/05/2016.



Fonte 2: Campanha Lei de Identidade de Género.
Disponível em: <http://www.falgbt.org/ley-de-identidad/> 09/05/2016.

Na primeira aula, a professora apresentou as instruções para o processo de desenvolvimento da atividade: os *spots* poderiam (ou não) ser em grupos e sua apresentação deveria ser entre 2 e 3 minutos. Poderia ser um vídeo gravado e editado, cartazes ou, para as pessoas que não tinham como gravar, poderiam encenar como propaganda ali mesmo, no espaço e no horário da aula.

Após a explanação, a aula foi dividida em dois momentos: a explicação do que era um *spot* publicitário e a retomada de conceitos, já trabalhados, sobre a diversidade sexual que poderiam ser abordados nos trabalhos, como: identidade de gênero, homofobia, transfobia e orientação sexual. A partir dessas instruções, ocorreram as divisões dos grupos e, nas duas aulas seguintes as/os estudantes prepararam seus materiais.

Um grupo quis falar sobre o que era a Lei da Educação Sexual, implantada em 2006; outro grupo falou sobre o que era a Lei de Identidade de Gênero de 2012; outros dois falaram sobre homofobia e transfobia e, por fim, mais dois grupos apresentaram a temática da transexualidade. A maioria recorreu à biblioteca para buscar materiais e referenciais teóricos para tornar as narrativas bem coerentes, com uma linguagem clara e objetiva, justamente adaptada a um modelo de *spot* publicitário.

No último dia foram apresentados dois vídeos: um sobre relatos do dia a dia de um transexual em um ambiente escolar tradicional, sofrendo *bullying* dos/as colegas de sala de aula com gracinhas e piadinhas sobre sua identidade e perseguições no intervalo, o que fez com que o estudante retratado deixasse a escola. Este vídeo causou certa

comoção em todos/todas, pois muitos/as se reconheceram em certas situações de preconceito já vivenciadas em momentos anteriores e portanto, comentavam: “*Ab, sei bem o que é isso*”; “*Eu vivi isso*”; “*Que triste, isso ainda acontece em minha cidade, em Salta*”.

O outro grupo recriou em vídeo um momento/ato de transfobia, em que duas amigas, uma travesti e outra transexual, foram juntas tomar café em uma cafeteria famosa na cidade e enfrentaram situações de discriminações por meio de olhares e comentários de outros/as clientes e do próprio garçom, que as atendeu de maneira grosseira.

Outros grupos apresentaram cartazes: um sobre o combate à homofobia, com os dizeres: “A homossexualidade não é uma enfermidade. A homofobia sim.”; e outro sobre a importância da Lei de Identidade de Gênero: “Nós éramos invisíveis, não existíamos, agora com a Lei 26.743 – Lei de Identidade de Gênero – somos alguém, agora existimos e temos identidade”. Outros grupos apresentaram cartazes: um sobre o combate à homofobia com os dizeres “A homossexualidade não é uma enfermidade. A homofobia sim” e outro sobre a importância da Lei de Identidade de Gênero que diz “Nós éramos invisíveis, não existíamos, agora com a Lei 26.743 – Lei de Identidade de Gênero – somos alguém, agora existimos e temos identidade”:

O interessante da atividade foi o envolvimento que as/os estudantes apresentaram na confecção dos *spots* e na própria apresentação, em que retrataram muitas vivências particulares das suas realidades, como: a dificuldade da convivência no ambiente escolar; a aceitação da sociedade em relação às identidades *trans*; a violência gerada pela homofobia, fundada em um discurso patológico a respeito das orientações sexuais homossexuais, gays e lésbicas; e, por fim, exaltando as mudanças geradas a partir da Lei de Identidade de Gênero criada no ano de 2012.

Esta atividade desenvolveu a partir de um dos alinhamentos curriculares da Educação Sexual Integral que é a promoção da diversidade. Ao abordar questões relacionadas às diferentes identidades de gênero e orientação sexual, notam-se problematizações sobre a concepção de cidadania na perspectiva dos direitos humanos e importância da visibilidade e das manifestações destes grupos sociais.

Inclusive, na Resolução 045/2008, do Conselho Federal de Educação da Argentina, aponta-se que a ESI constitui

“una oportunidad para que la escuela, en articulación con otros actores, comience a buscar y ofrecer respuestas eficaces a situaciones de vulneración de derechos, como la violencia, abuso, maltrato contra los/as niños/as y adolescentes de todas las medidas de protección y reparación necesarias para atender a estos problemas” (ARGENTINA, 2008).

Ainda, segundo Dinis, colocar em pauta a diversidade sexual no ambiente escolar é exigiria ver-se de novos modos, dizer-se de novas maneiras, experimentar-se de novas formas, estranhar a imagem refletida no espelho que recorta nossas infinitas possibilidades, recusar toda miragem de identidade que nos torna limitados. Ensaiair formas curriculares que possam convidar à produção de novas formas de subjetividade, de novas estéticas da existência, desconstruir criativamente as fronteiras sexuais e de gênero (DINIS, 2008: 490).

A escola, a formação docente e o currículo em diálogo com a Educação Sexual Integral preconiza oportunidade para contribuir ao fortalecimento de uma cultura de igualdade, ampliação a cidadania e combate às mais diversas formas de preconceito e discriminação. Por isso, os debates que envolveram a implementação da ESI impactaram também em outros ganhos políticos e sociais, como o Matrimônio Igualitário (2010) e a Lei de Identidade de Gênero (2012).

A Lei de Identidade de Gênero deu um passo essencial à dignidade *trans*: o do reconhecimento da identidade baseada exclusivamente na autodeterminação. Tornou-se pioneira em todo o mundo ao deslocar o discurso médico e transferi-lo unicamente para o discurso dos Direitos Humanos, para a noção de identidade. A Lei No. 26.743 autoriza travestis e transexuais a alterar e escolher seu sexo no registro civil. A norma estabelece que qualquer pessoa possa solicitar a retificação de seu sexo no registro civil, incluindo o nome de batismo e a foto de identidade. Com a vigência da medida, a mudança de sexo não necessita mais do aval da justiça e do laudo psiquiátrico para reconhecimento e o sistema de saúde deve incluir operações e tratamentos para a adequação ao gênero escolhido (ARGENTINA, Lei 26.743, Art. 2, 2012).

Por fim, apontamos uma das atividades realizadas no Mocha Celis, dentro de uma perspectiva de Gênero e Sexualidade, em uma disciplina com base curricular para desenvolver essas temáticas de maneira emancipatória, formal e transformadora. A proposta do *Bachillerato Popular Mocha Celis* é um espaço educacional que combate qualquer forma de discriminação, colocando-se como um ambiente educativo em (re)construção, baseado em processos de ensino e aprendizagem – além das vivências –, democrático e igualitário.

Considerações Finais

São diversas as violências cometidas contra as pessoas LGBTQTTIA+, em diversos espaços sociais, inclusive o escolar. Por isso, um dos desafios enfrentados para quem lida com educação e políticas públicas educacionais é refletir sobre a evasão escolar desse coletivo, em especial as pessoas *trans*.

O Bachillerato Educacional Mocha Celis busca oferecer e desenvolver uma resposta a um círculo de violências simbólicas que ocorrem no cotidiano escolar que marginalizam minorias, resgatando principalmente os saberes próprios do coletivo *trans* e transformando-os em um projeto cooperativista, de cidadania e reinserção laboral.

Aliado à esta perspectiva dialoga-se com a Lei No. 26.026 de 2006 que promulga a Educação Sexual Integral no país, intencional e planejada, para que se possa pensar a sexualidade, a partir de projetos pedagógicos e intervenções educativas.

Por fim, este *Bachillerato* desenvolve e representa ações nos âmbitos político, educacional e social que se tornaram igualmente indispensáveis na luta e nos esforços no combate às discriminações e às violências institucionais. Além disso, proporciona ações que se orientam por princípios e atitudes críticas, dialógicas e humanitárias. Um espaço educativo formal aberto para negociar e reconstruir sentidos e desestabilizar relações de poder e doutrinas opressivas.

Referências

- AREAL, S. TERBIZACHIAN, M. F. La experiencia de los Bachilleratos Populares en la Argentina. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*. Vol. 17, 2012. pp. 513-532.em
- ARGENTINA. *Ley n. 26.743, de 9 de maio de 2012*. Establécese el derecho a la identidad de género de las personas. Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 24 maio 2012. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/195000199999/197860/norma.htm> Acesso em: 01 Mar. 2023.
- ARGENTINA. *Frente Nacional por la Ley de Identidad de Género (FNLIG)*. Projeto n. 8.126_D-2010. Disponível em: <http://frentenacionaleydeidentidad.blogspot.com.ar> Acesso em: 27 Fev. 2023.
- ARGENTINA. *Resolución CFE N° 45/08*. Consejo Federal de Educación. Ministerio de Educación, Buenos Aires, 29 de mayo de 2008. Disponível em: <https://cfe.educacion.gob.ar/resoluciones/res08/45-08.pdf> Acesso em: 26 mar. 2023.
- ARGENTINA. *Ley N° 26.206 de Educación Sexual Integral*. Consejo Federal de Educación. Ministerio de Educación, Buenos Aires, 2006.
- BACHILLERATO Popular Mocha Celis. Link de acesso: http://www.bachilleratomochacelis.edu.ar/?utm_medium=referral&utm_source=idealist Acesso em: 27 Out. 2021.
- BARRANCOS, D. Géneros y sexualidades disidentes en la Argentina: de la agencia por los derechos a la legislación positiva. *Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe*. Vol. 11. No. 2. Julio - Diciembre, pp. 17-46, 2014.
- _____. Historia, histografía y género. Notas para la memoria de sus vínculos en la Argentina. *La Aljaba*, v. IX, 2004.
- BAZÁN, O. *Historia de la homosexualidad en la Argentina*. De la conquista de América al siglo XXI. Buenos Aires: Marea. 2004.
- BERKINS, L; FERNANDEZ, J. *La gesta del nombre propio*: Informe sobre la situación de la comunidad travesti en la Argentina. CABA: Ediciones Madres de la Plaza de Mayo, 2013.
- DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. *Educ. Soc.* No. 29, ago., 200.
- GLUZ, N. Por una educación más democrática: Bachilleratos Populares. *Voces en el Fenix*. No.3, 2010.

- LAPASSADE, G. L' observation participante. *Revista Europeia de Etnografia da Educação*. 1, pp. 9 – 26, 2001.
- MORENO, A. La invisibilidad como injusticia. Estrategias del movimiento de la diversidad sexual. PECHENY, M., FIGARI, C., JONE, D. *Todo sexo es político: estudios sobre sexualidad en Argentina* - 1a ed. Buenos Aires: Libros del Zorzal, pp. 217-244, 2008.
- PAEZ, D., PUTERO, L. Los Bachilleratos Populares: Educando para otra economía. *Revista Voces en el Fenix*. No.38, pp. 84-91, 2012.
- PECHENY, M., FIGARI, C., JONES, D. *Todo sexo es político: Estudios sobre sexualidades en Argentina*. Buenos Aires: Libros del Zorzal. 2008.
- PEREIRA, V., LIMA, M. da G. S. B. A Pesquisa Etnográfica: Construções metodológicas de uma investigação. *Anais VI Encontro De Pesquisa Em Educação Da UFPI*. Piauí, 2010.
- PROGRAMA NACIONAL DE EDUCACIÓN SEXUAL INTEGRAL. *¿Qué es el Programa Nacional de Educación Sexual Integral?* 2006. Disponible em: http://www.me.gov.ar/me_prog/esi.html> Acceso em: 22 fevereiro de 2023.
- QUIÑONES, F. *Justificación de la necesidad sociocultural que motiva la creación de este Bachillerato Popular*. Julho, 2011.